

Governo define estratégia para votar prioridades antes do Recesso

O líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL/MG), disse na última sexta-feira que o Palácio do Planalto ainda não descarta a possibilidade de vir a convocar o Congresso Nacional extraordinariamente, em julho. "Se avançarmos nas negociações sobre o ajuste fiscal e chegarmos a um consenso para a sua votação, aí compensaria convocar o Congresso em julho", revelou à repórter Adriana Vasconcelos.

Embora a equipe econômica e política do governo já tenha feito a opção por um projeto completo (ver matéria na página 3) mais amplo do que o imaginado inicialmente pela bancada governista no Congresso, o deputado Souto disse que a proposta pode ser votada em partes, como sugerem os secretários de Fazenda das regiões Sul e Sudeste. Ela acredita que dentro de dez dias o projeto fiscal do Executivo chegue ao Congresso.

Na comissão especial, o projeto será incorporado ao substitutivo do deputado Benito Gama (PFL/BA), relator da matéria. "Dessa forma, a proposta do governo queimaria uma série de etapas e, aprovada pela comissão, estaria pronta para ser apreciada em plenário", afirmou o líder do governo.

Por implicar mudanças na Constituição, o projeto fiscal obrigatoriamente deverá contar com o apoio de nada menos do que 302 deputados entre os 503 que têm mandato. O governo,



Humberto Souto

com o apoio teórico de 252 deputados, terá que se desdobrar em articulações e negociações para conseguir um texto o mais consensual possível. A estratégia do governo continua sendo a de conquistar a simpatia dos governadores para o ajuste, mas para isso o governo não poderá rever a política de distribuição orçamentária.

OUTROS PROJETOS

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, espera que as duas últimas semanas de junho até o recesso parlamentar "sejam de muitas votações no Congresso", relata o editor Cláudio Kuck. Para ele, a Câmara e o Senado já estão recuperando o ritmo de trabalho, enquanto a CPI que apura as denúncias de Pedro Colomar de Mello teria deixado de emperrar as votações urgentes.

Bornhausen espera que

até o recesso a União já tenha sua Advocacia Geral aprovada pela Câmara e Senado.

O governo vai pedir no Senado "urgência urgentíssima" para a votação do projeto de concessões nos serviços públicos, já aprovado pela Câmara. O ministro acha difícil votar ainda neste semestre os projetos de marcas e patentes e de modernização dos portos. Para ele, o que dificulta é o chamado rito do consenso adotado pelo Congresso, "para acelerar o processo é preciso acabar com a busca sistemática do consenso, que só favorece as minorias e atrasa tudo, é votando que se assume responsabilidade".

Bornhausen garante que

o governo está preparado para votar os projetos prioritários, mesmo sem consenso, "pois já temos uma base parlamentar formada para projetos de lei ordinária ou complementar, "o problema são as emendas constitucionais como o ajuste fiscal, que exigem três quintos dos votos em duas sessões nas duas casas".

CPI

Nesta segunda-feira, a partir das 14h45 o procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, ouvirá o empresário Takeshi Imai sobre as denúncias contra o empresário Paulo César Farias. Na terça-feira, Imai deverá depor na CPI que apura as denúncias.